

13º dos estatutários e situação da Unesp foram destaque nas últimas reuniões do CADE e do CO

Conselheiros cobraram soluções que não penalizem os trabalhadores. Pressão durante o CO fez reitoria agendar negociação com sindicatos para 21/2

A partir dos relatos dos conselheiros que fazem parte do Chapão Sintunesp/Associações, este boletim traz mais detalhes sobre as discussões feitas nas últimas reuniões do CADE (por videoconferência, em 13/2/2019) e do CO (em 14/2/2019). Em ambas, a crise de financiamento da Unesp e suas consequências, como o imbróglio em torno do 13º salário, foram temas de destaque.

O CO

A reunião do CO, como já relatado em *Boletim Sintunesp* de 15/2, foi pressionada por uma expressiva manifestação organizada pelo Fórum das Seis, que reuniu caravanas da maior parte dos *campi* e contou com o apoio das entidades da USP, Unicamp, Centro Paula Souza e outras. O objetivo do ato, assim como já tinha acontecido durante as reuniões do CO de 13/12/2018 e 22/1/2019, foi exigir o pagamento integral do 13º salário dos estatutários (cerca de 12.700 trabalhadores, entre docentes e técnico-administrativos da ativa e aposentados). Embora cobrado em várias falas por membros do Chapão Sintunesp/Associações e do Chapão da Adunesp, o reitor não concordou em reabrir a discussão sobre o 13º salário. O professor Sandro Valentini também não se mostrava disposto a receber uma comissão de representantes do ato, mas acabou cedendo frente à determinação

dos manifestantes de que os conselheiros (que haviam saído para o almoço) não subiriam enquanto isso não ocorresse.

Na conversa mantida com representantes da Adunesp e do Sintunesp, o reitor concordou em agendar uma reunião (posteriormente confirmada para 21/2, às 14h), entre Comissão de Orçamento, Pró-Reitoria de Planejamento (Propeg) e membros dos dois sindicatos. A intenção da reunião é buscar financeira e orçamentariamente recursos para o pagamento integral do 13º salário. Se a reunião chegar a uma proposta, ela será encaminhada para a comunidade deliberar se a aceita ou não, para depois ser firmada entre reitoria e sindicatos. Adunesp e Sintunesp também reivindicam ter amplo acesso ao teor dos “compromissos” que a reitoria assinou com o governo.

Outro tema de destaque na reunião do CO em 14/2/2019 foi um ponto que havia ficado em aberto na reunião de 13/12/2018, na qual foi aprovado o orçamento da Unesp para 2019. Naquela reunião, foi discutida uma proposta (feita por membros do Chapão Sintunesp/Associações) de destinação de R\$ 2 milhões para o custeio do Plano de Carreira dos Servidores Técnicos e Administrativos (oriundos da reserva de contingência), que havia sido aprovada no CADE. Na votação, embora a proposta tenha obtido maioria dos votos (34 favoráveis, 31 contrários e 6 abstenções), foi informado que era preciso ter maioria dos presentes para que fosse efetivamente aprovada. Como havia 71 conselheiros presentes, eram necessários 36 favoráveis. Na reunião de 14/2/2019, a proposta voltou à discussão e, desta vez, foi efetivamente aprovada.

Vários representantes cobraram transparência nos termos do compromisso assumido pela reitoria da Unesp com o governo do estado, e que levou à antecipação de R\$ 130 milhões para quitação do 13º salário de 2018 dos estatutários. A autonomia administrativa e acadêmica da Universidade não pode ser colocada em risco em acordos discutidos e assinados sem o conhecimento da comunidade.



O CADE

Em suas comunicações, o presidente do CADE, professor Leonardo Theodoro Büll, informou que o Prof. Maurizio Babini (Rio Preto) fará parte da PROPEG em substituição ao Prof. Álvaro Guedes. Büll também deu informes sobre a suspensão, por parte da justiça, da emenda constitucional aprovada na Assembleia Legislativa, que igualava o teto salarial no estado de SP ao da maioria dos estados (ou seja, 90,25% do subsídio mensal dos ministros do Supremo Tribunal Federal). Com isso, o teto no estado voltou a ser o salário do governador.

Sobre a carreira dos servidores, o presidente do CADE informou que o Grupo de Estudos da Carreira deverá apresentar brevemente uma proposta de novos critérios para a promoção.

Sobre contratação de professores substitutos, foi informado que o intervalo para poder prestar novos concursos caiu de 200 para 40 dias e que, em razão disso, caso seja de interesse das Unidades, os concursos em andamento poderão ter reabertura ou prorrogação de inscrições, já sob as novas regras.

Sobre a antecipação de recursos para pagamento do 13º salário de 2018 aos servidores, no total de R\$ 130 milhões, em duas parcelas de R\$ 65 milhões, informou que não se trata de recursos novos, mas de simples antecipação de recursos do próprio orçamento da Unesp, e que, a partir de 06/2019 a Universidade sofrerá a retenção de R\$ 18 milhões por mês, para quitação dessa antecipação.

Na palavra dos membros, o assunto predominante foi a situação crítica a que chegou a Unesp nos últimos anos. Representantes dos servidores técnicos e administrativos levantaram várias questões importantes.

Sobre os rumores de que cursos e *campi* podem ser fechados, especialmente os Experimentais, os representantes no CADE (assim como ocorreu no CO no dia seguinte) argumentaram que esta é uma “saída” que desrespeita as comunidades locais e os trabalhadores e estudantes da Unesp, além de não ter qualquer impacto significativo. A saída é,



como vêm apontando Sintunesp e Adu-nesp, pressionar publicamente o governo para que garanta os recursos necessários ao funcionamento da Universidade. Se levarmos em conta o valor obtido pelo reitor para pagamento do 13º salário de 2018 dos servidores autárquicos (R\$ 130 milhões), seriam necessários 118 anos de economia do orçamento do campus de Ourinhos, por exemplo, para se chegar

àquele valor. O orçamento daquela Unidade representa infimos 0,038% do orçamento da Universidade.

Servidores técnicos e administrativos falaram também do papel importante do CADE na tramitação da reforma administrativa e concordam que há necessidade urgente de ajustes a serem feitos, mas reafirmaram que é preciso debater as propostas democraticamente com a comunidade e cobrar do governo que cumpra a lei e arque, por exemplo, com a ‘insuficiência financeira’, que é a diferença entre a arrecadação com as contribuições previdenciárias e o que se paga para aposentados e pensionistas (de acordo com a Lei 1.010/2007, a responsabilidade é do governo).

Outra questão levantada por representantes dos servidores diz respeito aos valores necessários para pagamento do 13º dos servidores, já que foi afirmado anteriormente que a Universidade tinha recursos da ordem de R\$ 40 milhões e, desta forma, os 65 milhões de antecipação seriam suficientes para pagar mais do que os 50% previstos para fevereiro. Questionou-se também por que razão a Comissão de Orçamento e o CADE não foram convocados para formulação e deliberação da proposta de pagamento do 13º de 2018 aos servidores autárquicos. Um assunto de tamanha importância não poderia ser levado ao CO *Ad Referendum*, como ocorreu.

Foi comentado, por fim, que a afirmação do assessor Rogério Buccelli, de que a Unesp não poderia perder juros de aplicação, foi um insulto aos servidores que ficaram em situação difícil em função do não pagamento do 13º salário.

Foi solicitado que as próximas reuniões da Comissão de Orçamento tenham atas, para que fiquem registradas as posições dos seus membros.

Sintunesp indica: Manter e ampliar a greve

Nada está definido na Unesp: nem o pagamento do 13º salário, nem a situação da Universidade até o final deste ano, nem as saídas para a crise de financiamento. O não recebimento do 13º salário pelos estatutários, neste cenário, é apenas a ponta do *iceberg* de uma crise mais séria e profunda. Estamos num momento crítico, numa situação limite em que precisamos tomar a defesa das universidades estaduais paulistas em nossas mãos, uma vez que nossos gestores não têm se mostrado capazes de fazê-lo. Só a mobilização da comunidade acadêmica pode reverter esse quadro. O Sintunesp indica:

- Até que o 13º esteja garantido, vamos manter a greve onde está instalada e aprova-la nos demais *campi*!
- Não aceitamos o fechamento de cursos e *campi*!
- Que o governo arque com o financiamento da educação superior pública!